tem questões que têm que ser, na minha opinião, muito bem compreendidas.

Por exemplo, eu discuto a qualidade da Educação. Qualidade da Educação é superlotação de salas de aula? É trabalhar com 30, 40, 45 alunos por sala de aula, no caso do ensino médio? É trabalhar com 30 também no primeiro ciclo do ensino fundamental e no segundo? É isso? Porque, se for isso, está errado. Isso não caminha para qualidade.

Então, está sobrando dinheiro? Por favor, desdobre as salas de aula superlotadas. Está sobrando dinheiro? Invista de forma precisa e necessária nas reformas de escolas. Por quê? Essa questão ambiental está ditando a necessidade de termos também escolas mais arejadas, climatizadas - por que não? -, porque ninguém aguenta mais ficar nas salas de aula.

Ou nós vamos ver estudantes morrerem, porque não vão aguentar mais daqui a pouco, porque há um desequilíbrio no meio ambiente e nós sabemos quem foi o causador, o próprio homem. E agora nós temos que pensar em metas bastante precisas também para que consigamos equilibrar minimamente isso. E isso vai levar anos.

Portanto, o estado tem que prover e garantir a vida dos estudantes nas escolas e também a qualidade do trabalho do professor. Também está sobrando dinheiro? Por que mais de 82% das escolas têm só dois banheiros, um para os meninos e outro para as meninas? Ué, está sobrando dinheiro. Está sobrando dinheiro mesmo? Invista, por exemplo, na acessibilidade, porque a política de inclusão é uma política necessária.

Por último, e não menos importante, para tratar, Sr. Presidente, até vou pedir um pouco de paciência de V. Exa., foi editada a Resolução Seduc nº 52, de 16/11/2023, que tratou dos currículos do ensino fundamental e médio.

E eu destaquei o ensino médio. Então, dentre as mudanças, tem a redução dos itinerários formativos de 11 para 2, não há disciplinas eletivas - eu só estou falando do que ele mexeu, não estou dizendo que eu concordo.

No entanto, no que diz respeito à formação da parte geral, básica, nesta nós temos que verificar que no primeiro ano são 27 aulas para a formação geral básica e 8 para itinerário formativo; no segundo ano, 19 aulas para formação geral básica e 16 aulas para itinerários formativos: e, no terceiro ano, 14 aulas para a formação geral básica e 21 aulas para o itinerário formativo.

Permanece a mesma estrutura criticada por professores e estudantes, ou seja, no terceiro ano, apenas cinco disciplinas. No terceiro ano, quando o menino está indo fazer o vestibular, os estudantes terão apenas cinco disciplinas para a formação geral básica, que integra a matriz curricular: português, matemática, história, geografia, física e educação física.

Na prática, os currículos das duas áreas integradas são muito semelhantes, o que muda é o itinerário formativo de aprofundamento, que, no caso, é o caso de códigos de linguagem, linguagem, ciências da natureza, que é integrado pelos conteúdos: artes, mídias e digitais.

Isso aqui ainda prescinde, Sr. Presidente, de uma análise, mas, se comparar, eu acho que o secretário Feder poderia ter esperado sair as mudanças estruturais que foram feitas no ensino médio, para aplicar aqui no... Sempre nós vamos ter diferenças.

Então, se ele esperasse, a gente teria, de fato, uma Base Nacional Comum e Curricular. Possivelmente, ano que vem, por ser lei nacional, nós tenhamos que mudar aqui. Mas, é um pouco desses destaques. Nós vamos estar informando, a Apeoesp, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, vai estar informando.

Por último, não esqueçam que esta Casa, dia 28, vai lotar. Você que está me assistindo, está nos assistindo, tem toda essa luta: a luta da Educação, contra a privatização da Sabesp e Metrô, enfim, todo tipo de privatização. Esta Casa vai lotar, porque nós nos unificamos com todos os setores públicos, estatais. Vamos vir para esta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Para pedir a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o requerimento de Vossa Excelência. Estão suspensos os nossos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

* * *

- Suspensa às 14 horas e 31 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 30 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Ordem do Dia.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Rui Alves, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar do Ispo Munich, feira internacional de esportes, a realizar-se do dia 26 de novembro a 1º de dezembro do corrente ano, em Monique, na Alemanha, sem ônus para este poder.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Eduardo Suplicy, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para a constituição de uma comissão de representação com a finalidade de participar da 24ª Conferência Nacional de Advocacia Brasileira, a realizar-se no dia 29 de novembro do corrente ano, em Belo Horizonte, a ser custeada via verba de gabinete parlamentar.

Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, o nosso líder Paulo Fiorilo acho que quer fazer uso da palavra também, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Antes, porém, eu quero aqui, deputado Paulo Fiorilo e deputado líder do Governo, anunciar com muita alegria, com muita satisfação, que nós estamos recebendo hoje aqui uma comissão de deputados e esposas, assessores, demais convidados do nosso querido estado de Santa Catarina.

Está hoje conosco a deputada Alessandra Campêlo. (Vozes fora do microfone.) Essa é do Amazonas. Deputada Alessandra Campêlo, do Amazonas; deputado Altair Silva; deputado Camilo Martins; deputado Fernando. Esse povo de Santa Catarina, o nome deles é muito esquisito, lá não tem João. Difícil. Deputado Fernando Krelling.

Deputado Ivan Naatz, que é nosso amigo, está sempre aqui conosco. Obrigado, Ivan. Deputado, também do Amazonas, Mário César Filho. Obrigado, Mário. Deputado Maurício Peixer. Acertei? Obrigado, deputado. Deputado Neodi Saretta.

Obrigado, deputado.

Deputado Sinésio Campos. Obrigado, deputado. Também estão aqui os assessores Adriano Souza, Alexandro de Jesus, Daniel R. Tavares, (Inaudível.) Nazário Machado e Thaísa Concer de Azevedo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Só para aproveitar e saudar todos os deputados que compõem essa delegação, que não são só de Santa Catarina, mas aproveitar também para deixar minha solidariedade ao povo de Santa Catarina, que sofre com as chuvas, assim como o povo do Amazonas, que sofre com a seca.

É triste o que a gente está vendo tanto em Santa Catarina, como no Rio Grande, como no Amazonas, em especial com a seca dos rios. Então queria deixar aqui a minha solidariedade e saudar a presença dos deputados e das deputadas que vieram fazer essa visita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Jorge Wilson.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Também para deixar as minhas homenagens, os nossos agradecimentos aos visitantes, às delegações de todos os parlamentares aqui, não só do estado de Santa Catarina, e também levar a nossa solidariedade a todo o estado de Santa Catarina, que sofre com os problemas da chuva, os problemas da natureza.

Um forte abraço.

Nós, do Parlamento paulista, nos sentimos muito honrados em recebê-los aqui.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Muito obrigado, deputado.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Antes de levantar, quero convidar os demais deputados para que a gente possa recepcionar os nossos deputados no salão nobre da Presidência. Depois, eles farão um passeio pela Assembleia Legislativa.

Deputada Fabiana Bolsonaro, deputado Paulo Bragato. Assim, se quiserem participar com a gente, no Salão Nobre da Presidência, recepciono os deputados de Santa Catarina e Amazonas.

Estão levantados os nossos trabalhos.

Obrigado a todos e até amanhã.

* * *

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 35 minutos.

* * *

23 DE NOVEMBRO DE 2023
142ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: SIMÃO PEDRO, CARLOS GIANNAZI e REIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - SIMÃO PEDRO
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
5 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - REIS
Assume a Presidência.
7 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - EDUARDO SUPLICY
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
12 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 24/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Simão Pedro.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Vou passar agora a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.)

Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.)

Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.

Presente, V. Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Simão Pedro, quero aqui repudiar veementemente a decisão da Secretaria Estadual de Educação, da Seduc, com suas publicações, suas resoluções que foram publicadas na semana passada, alterando o currículo escolar do ensino fundamental e do ensino médio, trazendo para São Paulo um verdadeiro retrocesso nessa área curricular.

Eu queria destacar, entre os retrocessos, a retirada, a diminuição de aulas no ensino fundamental, de aulas... Olha só, o governo está reduzindo aulas de história e de artes, duas disciplinas importantes, obrigatórias no currículo escolar, que tem a ver com a formação dos nossos alunos, com a formação geral dos nossos alunos, com a formação criativa e crítica dos nossos alunos do ensino fundamental. Então, o governo retirou, mexeu na carga horária, diminuindo aulas de história e de artes.

No lugar, Sr. Presidente, o governo está introduzindo outras disciplinas, como, por exemplo, o ensino religioso no ensino fundamental. Acontece, Sr. Presidente, que o ensino religioso, conforme a lei federal, a LDB, a Lei nº 9.394, de 96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino religioso no ensino fundamental nas escolas públicas é facultativo para os alunos.

Os alunos não são obrigados a frequentar as aulas de ensino religioso. Está na lei federal, na lei que regulamenta o capítulo da Educação. Logo, o que vai acontecer com a implantação, no ensino fundamental, dessa disciplina do ensino religioso?

Muitos alunos não vão assistir a essas aulas, até porque tem uma questão gravíssima: temos uma diversidade religiosa no Brasil, então o aluno tem o direito de se negar... Mesmo quando a aula é oferecida, quando a disciplina é oferecida.

Esses alunos vão ficar onde, Sr. Presidente, em uma escola estadual, se ele não vai frequentar essa aula no horário normal de aula? Ele vai ficar no pátio da escola? Onde? Quem vai ficar com esses alunos, se as escolas estaduais carecem de servidores, de agentes de organização escolar?

Porque o governo não contrata, não faz concurso. Quando faz, não chama. Até agora estamos cobrando que o governo dê a posse para os agentes de organização escolar que foram chamados no final do ano passado e até agora não assumiram. É um absurdo. Então, primeiro tem esse problema gravíssimo, que o governo não vai conseguir solucionar porque as escolas não têm infraestrutura para isso.

E também o governo vai introduzir, já no ensino fundamental, a farsa da educação financeira, Sr. Presidente. Isso é um absurdo, mexer no currículo, com as matérias obrigatórias.

E a justificativa da Educação financeira é para que o aluno não faça dívidas, para que o aluno não seja inadimplente, para que o aluno saiba administrar o seu dinheiro. Mas, Sr. Presidente, os alunos não têm dinheiro, as famílias estão desempregadas, não tem sentido.

Na verdade, essa disciplina é uma tentativa de criminalizar a pobreza, criminalizar as pessoas endividadas. As pessoas não estão endividadas porque elas não conseguem administrar os seus parcos recursos, é porque o custo de vida é alto, porque a vida é difícil para quem ganha um salário mínimo, sobretudo para uma boa parte dos nossos alunos da rede estadual.

No ensino médio também, Sr. Presidente, houve redução na carga horária de filosofia, sociologia e de artes também. Vossa Excelência, que é um filósofo, sabe disso, da importância da filosofia, da sociologia e também das artes.

Ou seja, o Governo é um governo de extrema direita e que ataca disciplinas relacionadas à crítica, que ajudam o aluno a desenvolver o senso crítico, a entender melhor o funcionamento da sociedade, a entender as verdadeiras causas das desigualdades sociais e econômicas, filosofia e sociologia ajudam bastante nessa área. E ele ataca também a criatividade porque artes, Sr. Presidente, é uma disciplina, é uma área muito importante do ponto de vista do desenvolvimento da criatividade.

Governos autoritários, governos protofascistas têm medo da crítica e têm medo da criatividade, por isso que no Brasil e no mundo essas áreas são sempre atacadas. A ditadura militar retirou do currículo escolar também a filosofia, a sociologia.

Nós ficamos anos e anos sem essas duas disciplinas no currículo escolar, V. Exa. se lembra. Depois, com muita luta, nós conseguimos que elas voltassem. Mesmo assim, elas são atacadas o tempo todo, como são atacadas agora com a redução da carga horária.

Mas nós estamos tomando providências, Sr. Presidente, para que elas voltem imediatamente ao currículo escolar do ensino fundamental... Voltem a carga horária, eu digo, porque elas continuam, mas com as cargas reduzidas. Que as cargas originais voltem tanto no ensino fundamental, como no ensino médio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - SIMÃO PEDRO - PT - Parabéns, deputado Giannazi, pelo vosso pronunciamento. Queria chamar o próximo orador inscrito, deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Reis, tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. REIS - PT – Quero cumprimentar o presidente deputado Simão Pedro, o deputado Carlos Giannazi que agora está assumindo a Presidência no lugar do deputado Simão Pedro.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

* * *

Quero também cumprimentar os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica, da Polícia Penal, o público presente, o deputado Suplicy, todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Quero reafirmar o meu apoio à candidatura do Eduardo Suplicy para vice-prefeito, pré-candidato a vice-prefeito na chapa do pré-candidato Guilherme Boulos. Eu já havia dito aqui na tribuna há uns dias, e como hoje saiu matéria na "Folha de S. Paulo" matérias especulativas, eu quero dizer que a minha palavra não faz curva. Estamos apoiando o Eduardo Suplicy, porque ele vai agregar muito nessa chapa Boulos. Convido todos para de manhã tomarem café com o Boulos.

Presidente, hoje é o dia "D" para a sanção na Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. A Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis foi apresentada em 2007 e caberá ao presidente Lula a sanção. Só que está tendo uma guerra silenciosa em Brasília por conta do lobby dos Srs. Governadores. Governadores que muitas vezes se aproveitam da sua condição de governador para impor aos policiais a sua lógica governamental, sacrificando-os.

Como é o caso aqui de São Paulo, que nós temos usado a tribuna para fazer denúncias de que os policiais civis, quando se aposentam, se não tiverem cinco anos na classe, têm que voltar cinco anos no tempo. Isso é uma agressão.

Agora os policiais civis perderam o direito ao transporte intermunicipal, um direito que eles tinham. Moram em uma cidade e trabalham em outra. Isso é normal. É comum as distâncias que existe entre as cidades. Muitas vezes não há policial morando naquela cidade. Então, ele chamado de outro local para poder prestar o trabalho ali. Então, cada ônibus poderia levar até dois policiais.

Agora também o governador, o seu governo, editou portaria extinguindo, revogando esse direito. Então, é só maldade. E essa Lei Orgânica que foi discutida, ela realmente dá uma luz, dá uma condição melhor para os policiais civis. Porém, os governadores, inclusive o do nosso estado, e de outros estados, estão fazendo lobby para que vários artigos sejam vetados.

Para V. Exa. entender o que está acontecendo, de 50 artigos, ontem tinha proposta da AGU para vetar 28 artigos. Um absurdo! É acabar com a lei, é uma lei que nasce morta.

Então, a Adepol e as associações representativas da Polícia Civil estão em Brasília, conversando com os ministros, os nossos ministros, a Casa Civil e as Relações Institucionais, para poder reverter esse lobby que os senhores governadores fizeram por vetos, porque eles não concordam com aquilo que serão obrigados a cumprir. E aí eles vão aos ministros e falam: "não, não concordo com isso, o Pacto Federativo".

A respeito do Pacto Federativo, eu até recebi um parecer da Adepol, que argumenta acerca do respeito ao Pacto Federativo, na Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis. Diz aqui o parecer:

"Os dispositivos que remetem à regulamentação de determinados assuntos, direitos, estruturas organizacionais, aos estados, com a impressão na forma da lei do ente federativo, justamente foram inseridos com pedido e apoio do governo, para atender as restrições do Pacto Federativo e respeitar a autonomia legislativa e organizacional dos estados.

A Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis é uma lei geral, que define normas gerais, de organização, direitos, competências específicas, deveres e garantias às polícias civis, sem prejuízo da competência suplementar dos estados de disporem sobre esses parâmetros gerais, conforme suas realidades locais e condições.

Desta forma, muito do que é previsto na Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, será regulamentado conforme a realidade orçamentária, obedecendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo estado, e conforme a sua possibilidade e realidade específica.

Isso somente se o estado considerar que haverá gastos quando regulamentar determinado ponto de acordo com sua vontade política. Portanto, não cria despesa obrigatória, e nem imediata.

Ademais, a imensa maioria do que está na Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, e remete aos estados, já está contemplado em legislações locais que tratam das polícias civis, como promoções, aposentadorias e estrutura organizacional. Muitos estados sequer precisarão regulamentar, pois a Lei Orgânica Nacional das Polícias deixa claro que permanecem válidas as leis locais, no que não for contrário às polícias civis.

Sobre o dispositivo que trata da aposentadoria do policial civil, nada mais que reproduz o que está no § 4º "b", da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que tratou da Reforma da Previdência, conferindo que a lei poderá dispor sobre critérios diferenciados de cálculo de proventos para policiais civis, algo já consolidado nos estados com suas leis previdenciárias próprias pós Emenda Condicional nº 103.

Também sobre o dispositivo da aposentadoria, sacramento o que foi julgado no Recurso Extraordinário nº 1.162.672, no STF, em repercussão geral, prevendo que é constitucional a lei que assegure a integralidade e paridade para os policiais civis. Portanto, não há de se falar que a lei orgânica é um dispositivo que contraria a ordem constitucional".

Então, os governadores têm feito esse lobby. Porque, vamos pegar o caso de São Paulo, que a lei previdenciária aqui de São Paulo não está de acordo com a Emenda Constitucional nº 103, e nem com a Emenda Constitucional nº 49.

Ela ultrapassa aquilo que está previsto taxativamente nas emendas constitucionais quando ela diz que o policial tem que voltar cinco anos no tempo. A lei falou de cargo, a lei não falou de classe. A lei constitucional não falou de nível, mas eles puseram para mais, e a lei orgânica busca corrigir isso aí.

Então, eu quero entender que o presidente Lula não vai se curvar a governos que, inclusive, são contrários ao seu governo e nem em determinadas pessoas que estão ali no reino, porque o reino, sabe como que é, está cheio de bajuladores, de pessoas que chegam no ouvido do presidente ou do governante e vão falando, dizendo o que ele tem que fazer.

Eu espero que ele não se curve e sancione a lei orgânica, conforme ela foi debatida, discutida durante todo esse período. Não foi uma lei que foi debatida e discutida em um dia, em um mês, uma semana; desde 2007 para ter o apoio unânime do Congresso, o apoio unânime.

Seria muito ruim para a gente que esses vetos fossem realizados pelo presidente. Seria um tapa na nossa cara, por aquilo que a gente defende e por aquilo que a gente entende sobre o que a Polícia Civil precisa e sobre o que as polícias precisam. Então, presidente Lula, sancione a Lei Orgânica na íntegra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Reis. Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra o deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Com a palavra o deputado Conte Lopes. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Simão Pedro, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Carlos Giannazi, muito obrigado. Deputado Suplicy, deputado Reis e todos que nos acompanham nesta tarde de quinta-feira seja aqui, seja através da TV Assembleia e das nossas redes. Sr. Presidente, eu fiz questão de hoje estar aqui para parabenizar o presidente Lula, o seu governo, pelo lançamento ontem - o anúncio, perdão - do reinício do programa "Minha Casa Minha Vida".

O Lula anunciou ontem, junto com ministros e demais representantes da sociedade do seu governo, o início de 187 mil unidades habitacionais, Suplicy, que serão construídas em 560 municípios do Brasil. E dessas 187 mil unidades, 1.270 empreendimentos. É para contemplar a população mais pobre com renda familiar até R$ 2.640,00, a chamada Faixa 1.

E tem novidades, Suplicy. Cada um desses empreendimentos, os apartamentos, as unidades terão que ter uma varanda e na maioria deles terá biblioteca, uma parceria do Ministério das Cidades com o Ministério da Cultura, para promover qualidade no pós-morar.

Então uma coisa muito impressionante. Dessas 187 mil unidades anunciadas, aqui não estão, Suplicy, ainda, as unidades que serão construídas pelas entidades dos movimentos de moradia.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *

Essas terão cerca de 16 mil unidades através dos projetos de mutirão de autogestão que são iniciativas assim muito importantes e cada vez se consolidam mais. Aliás, queria anunciar que na segunda-feira, dia 27, às 14 horas, a Comissão de Política Urbana da Câmara Federal, Câmara dos Deputados, fará aqui uma audiência pública para discutir o projeto de lei para os programas de autogestão na construção de moradia.

Eu e o deputado Barba seremos os anfitriões, abrigaremos essa audiência pública aqui nesta Casa na segunda-feira. Queria dizer que o estado de São Paulo foi o estado mais contemplado por essas novas unidades que serão construídas pelo Minha Casa Minha Vida: 41.987 unidades habitacionais, Suplicy. É muito longe ainda da demanda.

O Brasil com o programa Minha Casa Minha Vida, construído nos governos Lula e Dilma, se avançou muito. Construíram-se muitas moradias, milhões, mas o déficit habitacional ainda é de sete milhões. No entanto, nós temos aqui para o estado de São Paulo, contando com as entidades que serão contempladas também com o "Minha Casa Minha Vida - Entidades", quase 50 mil unidades.

Vou falar aqui rapidamente das cidades que foram contempladas, mostrando que o governo Lula não discrimina estado por ser governado por um partido diferente ou algum partido que faça oposição ao governo, nem cidades.

Suplicy, aqui tem uma gama de cidades que apresentaram projetos, projetos consistentes, justificados, dentro das regras estabelecidas pela lei do programa "Minha Casa Minha Vida". E, então, essas cidades foram contempladas.

Cidade de Americana, 200 unidades; Araçatuba, 300 unidades, dois empreendimentos; Araraquara, dois empreendimentos de 400 moradias; Arujá, 150; Atibaia, 400 unidades em dois projetos; Barretos, três projetos de 22, 20 e 24 unidades; Batatais, 150; Bauru, 198 e 202 unidades em dois empreendimentos; Bertioga, aqui no litoral, 150 unidades; Birigui, no interior, 200 unidades; Boituva, aqui na Castello Branco 144; Botucatu, ali ao lado de Bauru, 68 e 204 unidades.

Caieiras, 150 unidades, aqui na Grande São Paulo; Campinas, dois projetos de 240 e 80 unidades; Cotia, aqui na Raposo Tavares, 196, e mais 196 unidades; Diadema, três empreendimentos de 108 e 136; Embu das Artes; Ferraz de Vasconcelos; Franco da Rocha; Guarujá.

Guarulhos, seis empreendimentos; Hortolândia; Ibitinga; Itanhaém; Itapecerica da Serra; Itapetininga; Itapeva; Itapevi; Itaquaquecetuba; Jacareí; Jundiaí; Limeira; Lorena; Louveira; Marília; Matão; Mogi das Cruzes; Mogi Mirim; Mongaguá; Monte Mor; Olímpia; Osasco; Ourinhos; Penápolis; Peruíbe; Piedade; Piracicaba; Pirapora do Bom Jesus; Praia Grande; Presidente Prudente.

Ribeirão Pires; Ribeirão Preto, três empreendimentos; Rio Claro; Salto; Santa Bárbara d'Oeste; Santo André; Santos; São Carlos; São José do Rio Preto; São José dos Campos, seis empreendimentos; São Paulo, nove empreendimentos; São Roque; São Vicente; Sorocaba; Suzano.

Aliás, em Suzano, o ministro das Cidades, Renan Filho, junto com o vice-presidente, o Sr. Geraldo Alckmin, estarão no final deste mês, dia 29, dando início às obras de um empreendimento naquela cidade da Grande São Paulo. Taboão da Serra; Tatuí; Ubatuba; Valinhos e Votorantim.

Então, parabenizo essas prefeituras, parabenizo o governo Lula, mais uma vez, por dar início a esse importante programa